



O “LEVANTE LINGUÍSTICO INDÍGENA” NO NORDESTE,
ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS: ASPECTOS
TEÓRICOS, POLÍTICOS E ETNOGRÁFICOS

THE INDIGENOUS LINGUISTIC REVITALIZATION
IN THE NORTHEAST, ESPÍRITO SANTO AND
MINAS GERAIS: THEORETICAL, POLITICAL, AND
ETHNOGRAPHIC ASPECTS

Evandro de Sousa BONFIM¹

Leandro DURAZZO²

Maycon Silva AGUIAR³

¹ Professor do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas do Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro). E-mail: <evandrobonfim@hotmail.com>.

² Doutor em Antropologia (UFRN). Docente da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisador dos grupos Etapa (UFRN), Opará (UNEB) e Macondo (UFRPE). E-mail: <leandro.durazzo@ufrn.br>.

³ Professor da Especialização em Gramática Gerativa e Estudos de Cognição do Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Editor assistente da Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. E-mail: <mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br>.



RESUMO

Apresentamos, de maneira detalhada, os objetivos e as justificativas da elaboração de um dossiê cujo foco são as iniciativas de revitalização linguística de comunidades originárias do Nordeste, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Discutimos, em especial, como redes de relacionamento intraétnicos e interétnicos se mobilizam no contexto das comunidades abordadas; a questão dos encantados e dos ancestrais e a sua relação com as propostas de revitalização linguística; o contexto etnolinguístico das comunidades originárias; discussão de termos, de conceitos êmicos e de conceitos científicos homônimos; e uma promoção de conceitos resultantes das experiências de trabalho com as línguas originárias.

PALAVRAS-CHAVE

línguas indígenas brasileiras; línguas originárias do território brasileiro; povos indígenas brasileiros; povos originários do território brasileiro; povos originários da Região Nordeste; povos originários do norte de Minas Gerais, da Bahia e do Espírito Santo.

ABSTRACT

We present the objectives and justifications for the preparation of a dossier whose focus is on initiatives for the linguistic revitalization of communities originating in the Northeast, Espírito Santo, and Minas Gerais. In particular, we discuss how intra-ethnic and inter-ethnic relationship networks are mobilized in the context of the communities addressed; the question of the “encantados” and the “ancestrais” and their relationship



with proposals for linguistic revitalization; the ethnolinguistic context of the original communities; a discussion of terms, emic concepts and homonymous scientific concepts; and a promotion of concepts resultant of working experiences with the original languages.

KEYWORDS:

Brazilian indigenous languages; languages from the Brazilian territory; Brazilian indigenous peoples; peoples from the Brazilian territory; indigenous peoples from the Northeast; indigenous peoples from the north of Minas Gerais, Bahia and Espírito Santo.

Os povos indígenas presentes no Nordeste brasileiro e nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo partilham de muitas características comuns, que se adensam por seus circuitos de relações interétnicas – isso se evidencia, por exemplo, na existência da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME). Uma das questões partilhadas, que este dossiê busca salientar, é a dimensão linguística extremamente rica e ativa, ainda que grande parte de tais povos seja considerada falante apenas de português, por conta do processo de expansão colonial que impacta a região há séculos (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999)⁴.

Nesses contextos, as políticas linguísticas ganham mais relevância, sobretudo a partir de estudos empreendidos por professores e por intelectuais

⁴ Rodrigues (1993) estimou a presença de 1,2 mil línguas diferentes em território brasileiro antes do aporte europeu, em 1500. Após a consolidação da presença do colonizador, com o avanço de interesses outros sobre os costumes e sobre as terras dos povos originários, a diversidade de línguas indígenas foi reduzida de cerca de 1,2 mil (RODRIGUES, 1993) para, aproximadamente, 180 (RODRIGUES, 2005) – número que denuncia o desaparecimento de cerca de 6/7 das línguas nativas. .



indígenas (BOMFIM, COSTA, 2014) e pela inclusão das línguas indígenas, na condição de componentes curriculares específicas (MORAES, 2020), no sistema de educação escolar indígena. Além disso, observam-se fenômenos linguísticos não apenas formais e mediados pela escola, mas que se renovam no processo de luta por direitos originários, como os territoriais, a exemplo do que pesquisas junto aos Tuxá (SOUZA, 2018; DURAZZO, 2019), aos Kiriri (MORAES, 2020) e aos Pataxó (BOMFIM, 2012) da Bahia são capazes de demonstrar.

Tais engajamentos políticos interétnicos e intraétnicos mobilizam, ainda, redes de relações com outros seres além dos humanos, como é caso dos encantados, entes cosmológicos com quem se estabelecem interações comunicacionais bastante singulares, permeadas por uma forte dimensão ritual (DURAZZO, 2019). Assim, as:

- projetos de revitalização de línguas consideradas extintas por certa parcela da comunidade acadêmica;
- processos de valorização linguística a partir de variedades indígenas de português faladas por tais povos⁵; e
- processos de criação e de composição poética de verdadeiras artes verbais, os quais lançam mão não apenas do português, mas, também, de outros registros linguísticos para compor seus cantos e suas expressões enunciativas.

⁵ As variedades indígenas de português têm despertado, mais recentemente, o interesse acadêmico. Um dos mais bem-sucedidos casos de casamento entre interesse acadêmico, política de línguas e interesses das comunidades originárias é o do português Hini-Kuin ou português Kaxinawá, estudado por Beatriz Protti Christino em vários trabalhos. Dentre outras descobertas, destacaremos que Christino (2020) verifica, na variedade Kaxinawá de português, existem marcas com função discursivo-interacional no fim de certas sequências linguísticas semelhantes a morfemas presentes na língua falada pelos Kaxinawá, tratando-as como fórmulas de fechamento e demonstrando que essa variedade de português indígena apresenta padrões morfossintáticos e discursivo-interacionais que a distinguem no conjunto de línguas faladas em território brasileiro.



Os trabalhos reunidos permitem que essas questões sejam pensadas a partir de considerações etnográficas junto a povos presentes na Região Nordeste brasileira, em Minas Gerais e no Espírito Santo, que, em anos recentes, têm se empenhado em fortalecer seus processos políticos, linguísticos e educacionais. Ainda, a pertinência desta publicação aumenta conforme se aproxima a anunciada Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032), proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o intuito de promover ações voltadas ao reconhecimento, à documentação e à revitalização de línguas originárias ao redor do mundo, sempre evidenciando as comunidades como atores privilegiados desse processo de produção e de disseminação de conhecimento.

Em relação ao escopo do dossiê, apesar de o material coligido não discorre, especificamente, sobre a realidade dos grupos indígenas presentes no estado do Espírito Santo, é seguro apontar a existência de circulações históricas entre grupos étnicos desse estado com os da Bahia e com os de Minas Gerais – pelo menos, desde o período colonial, mas, certamente, desde antes (PARAISO, 2006). Ademais, no Espírito Santo, observam-se, também, ações contemporâneas de reorganização social, cultural e linguística atravessadas tanto pela articulação política e pelo engajamento do movimento indígena quanto pela revitalização de línguas, como acontece com os Tupinikim (SILVA, 2016).

Salientamos, ainda, que a diversidade de povos, de processos históricos e de pressões do sistema colonial implicam estratégias diferentes de revitalização/ retomada linguística, abrindo espaço para a discussão dos conceitos e das metodologias utilizados nas análises de tais estratégias. Nossa intenção, com este número, portanto, é a de que as análises socioantropológicas e

linguísticas sejam cotejadas com as concepções nativas sobre o lugar da língua na socialidade dos povos estudados, tema abordado por áreas como a Antropologia Linguística (DURANTI, 1997), mediante conceitos como “ideologia linguística” (SCHIEFFELIN, WOOLAND; KROSKRITY, 1998)

As retomadas linguísticas abordadas no dossiê remetem a importantes discussões da Linguística Histórica, como as relativas à Hipótese Macro-Jê. A Hipótese Macro-Jê aventa a possibilidade de um tronco linguístico que inclua, além das línguas Jê Setentrionais, Centrais e Meridionais, que, claramente, são aparentadas, outras línguas e famílias linguísticas faladas, como as línguas e a Família Bororo e outras cujos trabalhos de classificação se baseiam, sobretudo, em material histórico, como a Família Kariri, representada, no dossiê, pelos artigos que se voltam, em especial, ao Kipeá e ao Dzubukuá.

É conveniente recuperar alguns elementos da discussão sobre a relação de tais línguas com línguas Jê a partir do caso do Kipeá, discutido no artigo “Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e de língua morta a partir do contexto Kiriri”, de Vanessa Moraes. Certas propostas de classificação situam a Família Kariri no Tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 2014), devido à identificação de morfemas funcionais cognatos (como o marcador de posse alienável) em línguas de diferentes famílias do agrupamento genético. Contudo, a hipótese necessita de comprovação adicional, por intermédio de levantamento e de comparação de itens lexicais das línguas que se aventa presentes no tronco Macro-Jê (RIBEIRO, 2002).

Existem, porém, evidências contrárias ao alargamento do tronco Macro-Jê (NIKULIN, 2020). Em termos tipológicos, o Kipeá é uma língua ergativa de ordem VS e apresenta quadro complexo de preposições e morfologia



rica, estando, aparentemente, mais próxima das línguas aglutinantes, enquanto línguas Jê costumam ser isolantes. Quanto ao Dzubukúá, língua semelhante, existe uma prevalência, em sua estrutura, de um sistema aglutinante (QUEIROZ, 2012).

A língua Kipeá apresenta grande importância etnológica, por se encontrar entre áreas com poucas indicações históricas sobre os povos indígenas que as habitavam. Normalmente, em mapas etnográficos, como os de Nimuendaju e de Martius, aparecem várias lacunas, principalmente quanto à ocupação da região do atual norte de Minas Gerais, passando pelo Rio Janeiro e pelo sul da Bahia, até o norte da Bahia; e da região do Brasil Central compreendida entre os povos Jê mais orientais e a costa da Bahia. Nesse sentido, os contatos linguísticos evidenciados pelos empréstimos encontrados no Kipeá são de grande importância para a (re)composição do conhecimento etnográfico sobre a região.

De acordo com Ribeiro (2009), o Kipeá registra palavras provenientes do Arawak, de outras famílias do tronco Macro-Jê (Maxakali, Krenak, Puri, Kamakã) e do Tupi, que, ademais, serviu-lhe, como intermediário, para a introdução de termos do português. Análises dos empréstimos ao Kipeá apontam para dados interessantes, como maior contato entre a Família Kariri e as línguas Macro-Jê meridionais do que com outras línguas do mesmo tronco faladas ao norte, caso do Iatê (RIBEIRO, 2009). Portanto, tanto pela atual situação de vitalidade da língua quanto pela importância dos processos de contato linguístico, estudos sobre a variedade de português falada pelos Kiriri se mostram de grande importância para a obtenção de dados adicionais sobre aspectos linguísticos do Kipeá, sobretudo os relativos à fonética, à fonologia e à prosódia.

O Kipeá se destaca por ser uma das poucas línguas indígenas não aparentadas com o Tupi a contar com descrições detalhadas de fontes coloniais: a *Gramática* e o *Catecismo*, elaborados pelo missionário jesuíta Luiz Mamiani, no fim do século XVII. O detalhamento da obra de Mamiani tem permitido a descrição de aspectos gramaticais da língua e a elaboração de listas de itens lexicais (RIBEIRO, 2009), que podem servir de importante subsídio para o trabalho de revitalização. Outro representante da Família Kariri, o Dzubukuá, conta com catecismo escrito pelo missionário capuchinho Bernardo de Nantes (1709).

As línguas descritas pelas fontes históricas devem considerar efeitos ocasionados pela empreitada colonial: Dentre outros, podemos citar os seguintes:

- redução de variantes linguísticas a uma forma tomada como padrão;
- possibilidade de a língua de referência para a descrição abranger situações multiétnicas e conter elementos de línguas indígenas de outros agrupamentos genéticos falados na mesma área;
- influência das línguas gerais;
- influência das línguas europeias, nas quais as traduções se baseavam, e do latim e do grego (DURAZZO, 2019, p. 55; SILVA, 2003, p. 172), em cuja tradição gramatical as descrições se baseavam, evidenciando categorias que, em muitos dos casos, não são adequadas às línguas originárias.

A filiação da maior parte das línguas em tela no dossiê ao Macro-Jê tem sido admitida pela maioria dos pesquisadores que se dedicam à matéria, que se valem, sobretudo, da reconstituição de línguas a partir de material histórico – o texto de Durazzo, neste volume, apresenta a crítica indígena a essa abordagem. Contudo, conforme se verifica na literatura sobre o Kipeá,



existem poucas evidências que ou corroboram ou refutam a hipótese, o que pode se dever a fatores como empréstimos.

Porém, o vínculo genético da Família Kariri (e de outra família linguística presente no território abrangido pelo dossiê, a Puri) tem sido contestado por revisões mais recentes nas classificações do que seria o Tronco Macro-Jê, como a recente tese de Nikulin (2020). À obra de Nikulin, podem ser associados inúmeros méritos, como a atenção às línguas rituais como fonte de dados linguísticos (no caso, o Maxacali Ritual), abrindo espaço para a diferença entre as versões ancestrais e atuais da língua, que podem estar em estado de retomada, sem demérito das formas recentes.

Para excluir a Família Kariri do Macro-Jê, Nikulin (2020) utiliza a metodologia léxico-estatística preliminar, que envolve a escolha de termos com menor probabilidade de gerar dúvidas (quando são comparados com termos cognatos), considerando as características dos léxicos das línguas ameríndias; a comparação com as reconstruções das proto-famílias (e não entre línguas que coexistem sincronicamente); as comparações de controle; e a proposição de critérios estatísticos de número de cognatos para determinar o grau de profundidade de possíveis parentescos. No caso da Família Kiriri, as relações genéticas ocorreriam apenas em nível mais profundo, além de ser trabalhada a indicação de proximidade com a Família Karib, algo considerado desde a estada do explorador alemão Von den Steinen no Brasil.

Outra questão importante diz respeito ao apagamento linguístico – com efeitos de apagamento étnico –: as línguas de grande parte dos povos indígenas do Nordeste podem ser consideradas extintas (discussão trazida em todos os materiais do dossiê, mas, em especial, no artigo de Moraes). Esse veredicto advém das noções científicas de língua com as quais trabalham a

maior parte dos pesquisadores, principalmente das de caráter universalista da linguística formal, que, em vários casos, desconsidera inúmeros fenômenos da linguagem mais afastados núcleos duro da gramática; e as concepções de cada povo sobre como se constitui a sua língua e sobre quais seus contextos de uso. Evidenciamos isso, principalmente, na perseguição e na interdição colonial às línguas ameríndias, com consequências mais profundas nas regiões de colonização mais intensa e mais antiga, como é o caso do Nordeste. Faz parte da particularidade da situação linguística dos povos indígenas do sertão nordestino a dimensão secreta ou “oculta” relativa das suas relações com os encantados – essa é situação dos Tuxá, conforme o texto de Durazzo aponta).

Note-se que essa dimensão oculta da dinâmica linguística não implica uma impossibilidade de o pesquisador conhecer e descrever a sua estrutura; antes, esse ocultamento, garantia epistemológica pautada em processos marcados etnicamente, significa que sua dimensão é oculta aos não indígenas, algo que vemos despontar em algumas das entrevistas que complementam este dossiê. Portanto, o estatuto etnicamente particular das línguas indígenas do Nordeste e de Minas Gerais confere a tais sistemas de comunicação uma restrição de acesso àqueles que não partilham da experiência étnica dos coletivos em voga. Internamente, entre os indígenas e no seu trato com os entes cosmológicos com quem coabitam, sejam encantados, sejam antigos mestres, a língua oculta se revela. Exemplos disso surgem nos textos

a) de João Roberto Bort Jr., sobre os Xucuru-Kariri de Minas Gerais, que elaboram uma língua interdita a não indígenas, incluindo um processo transformacional do próprio alfabeto, que assume, então, características ontológicas distintas;



- b) de Fernanda Borges Henrique e de Roseni Ramos, também sobre os Kiriri de Minas Gerais, em que se narram alguns episódios em que a viabilidade de estabelecer moradia em um território depende da comunicação com entes encantados; e
- c) de Leandro Durazzo, que, a partir de uma experiência com pensadores dos povos Tuxá, da Bahia, e Truká, de Pernambuco, são estipulados os limites do que é e do que não é cognoscível por meio de um jogo de aproximação e de aprendizagem – em vez de intelectualismo vazio – com as forças da “ciência”, que é como os povos da região chamam o seu complexo de práticas rituais, conhecimentos e ações em um mundo cosmologicamente denso.

Essa especificidade étnica tem sido discutida por autores como Souza (2020, 2021), que adota o critério de “identidade etno-discursiva” para falar das línguas indígenas. Devido às múltiplas ações de repressão e de extermínio de seus falantes pelo projeto colonial, as identidades etno-discursivas associadas às línguas indígenas se deslocam para espaços de memória – rituais e formas relacionais específicas. No caso ameríndio, os espaços de memória incluem a natureza e a sobrenatureza presentes nas concepções cosmológicas de cada povo.

Souza (2020, 2021) propõe o conceito de “língua silenciada” no lugar de língua morta ou extinta, com os intuitos de reafirmar a permanência da língua enquanto o povo que a reivindica existir; e de marcar os efeitos do processo político de interdição de sentidos promovido pelo colonialismo. A discursividade indígena, contudo, sobrevirá mesmo se a condição das comunidades originárias for a de usuária de português; de variedades de português indígena; de línguas de base indígena, como o Nheengatu;



e de línguas adotadas de outras comunidades indígenas. Neste dossiê, a situação dos Potiguara, que buscam a retomada da língua ancestral com base em estudos do Tupi Antigo, demonstra o entrelaçamento das filiações genéticas das famílias linguísticas e a recuperação dos processos históricos nos *reclaims* da luta política

Assim, o dossiê aponta e discute o vocabulário da revitalização linguística, proveniente de contextos sociais e históricos distintos das comunidades abordadas, em cotejo com as concepções nativas sobre língua e sobre linguagem, que, na maioria das vezes, estão enfeixadas no léxico da socialidade ameríndia e mantêm uma inextrincável relação com a retomada dos territórios ancestrais, com as formas de transmissão cultural e com as formas de luta política. Dessa forma, estão contidas, neste dossiê, uma importante discussão de termos, de conceitos êmicos e de conceitos científicos homônimos, os quais, entretanto, têm significados diferentes; e uma promoção de conceitos próprios, fruto das experiências de trabalho com as línguas originárias em contextos como o da escola, o do ritual e o das atividades cotidianas – língua materna, língua ancestral, revitalização, retomada, reivindicação, valorização, levante, fortalecimento, “cortar a língua”, “língua da ciência”, “tronco linguístico” (no lugar de “lembrador”).

Contudo, devemos ater-nos ao fato de que as teorias científicas concorrem tanto com as formulações nativas sobre a língua quanto com a implementação das políticas linguísticas e de línguas (SOUZA, 2020, 2021) particulares, como acontece no tocante à adoção da Hipótese Macro-Jê e aos critérios de maior proximidade genética entre as línguas, que têm motivado, por exemplo, intercâmbio entre os Pataxó e os Maxakali e entre os Xakriabá e os Xerente.



É importante constatar que a “ideologia linguística” que informa o parentesco entre os indígenas sertanejos e os demais povos Jê pode ser traçada até a oposição entre os Tupi, que habitavam a costa brasileira, e os Tapuias, que habitavam o interior do atual território brasileiro (POMPA, 2003). Assim, como parece ser o caso dos povos que retomam a língua Brobó, presentes, sobretudo, na seção de entrevistas, tomar o agrupamento Macro-Jê como referência enfeixa desde a adesão a hipóteses teóricas que carecem de maior problematização (NIKULIN, 2020) e a máximas históricas igualmente gerais até a elaboração de marcos que norteiem as políticas linguísticas/de línguas específicas.

No artigo, “A garantia do seguimento indígena: ciência ritual, rede Proká e revitalização linguística no submédio São Francisco”, Leandro Durazzo salienta a particularidade das retomadas linguísticas no Nordeste brasileiro, apresentando o caso dos Tuxá, com destaque para o papel da escola como promotora do Dzubukuá. Como o autor afirma,

A escola indígena nordestina parece vir servindo como catalisadora de processos políticos linguísticos *sui generis*. Se em outros contextos etnográficos a escola apresenta um problema de mediação entre saberes, no Nordeste a escola é o que, atualmente, possibilita um engajamento étnico-linguístico que o histórico de expansão colonial prejudicou grandemente.

O autor destaca, ainda, outro elemento importante das retomadas linguísticas sertanejas, conforme o que vimos anteriormente: o estatuto do Dzubukuá como língua de “ciência” – ou seja, como língua usada na comunicação dos encantados e em situações rituais, como o Toré, performance coreográfica relacionada à dimensão da “ciência”, que, como a ciência ocidental,

ganha seu espaço no cotidiano escolar. A política linguística Tuxá se insere na expressão maior de resistência do povo indígena, em continuidade com os ancestrais que habitavam o sertão de Rodelas e as ilhas do submédio São Francisco, etnicamente identificados como Prokás, envolvendo retomadas territoriais e projetos de autodemarcação.

Cristiane Maria de Oliveira e Francisco Costa (2021) propõem, em “Voos na sabedoria: o ensino do Patxohã na Escola Estadual Indígenas Kijetxawê Zabelê”, a interação entre comunidade e escola como aspecto decisivo para os projetos de revitalização/retomada do Patxôhã, a língua do povo Pataxó, que vive no Sul da Bahia e em Minas Gerais. Os autores buscam as “etnometodologias”, tanto as utilizadas por professores da escola indígena quanto as formas de transmissão dos anciãos, como Zabelê, chamada de “tronco linguístico”, categoria nativa homônima à noção advinda da Linguística Histórica, exemplificando a importância do conceito “árvore” para o pensamento ameríndio do Nordeste brasileiro e de alhures (ARRUTI, 1999; FAUSTO 2017; DURAZZO, 2021b). Músicas, jogos e cadernos de receitas são algumas das estratégias empregadas pelos professores, em conjunto com a comunidade, para ampliar a circulação do Patxôhã frente ao tempo exíguo reservado à língua indígena nos ditames da estrutura curricular.

Conforme aludimos a isso anteriormente, o trabalho de Vanessa Moraes (2021), “Refletindo sobre as concepções de Revitalização Linguística e Língua Morta a partir do Contexto Kiriri”, discute classificações da ciência linguística e do campo da revitalização de línguas a partir da reivindicação dos Kiriri de que possuem a língua ancestral. Isso nos conduz a repensar diversas questões, das quais as duas seguintes são apenas ilustrações.

- Quem pode ser considerado falante de uma língua indígena?



- Qual é a pertinência de uma noção como a de língua “morta”⁶, que, muitas vezes, é atribuída a uma língua com a justificativa de que suas interações não se dão cotidianamente?

Segundo Moraes, isso não implicaria, necessariamente, a inexistência de processos de transmissão de línguas, pelo menos em algum nível. Como exemplo, relata-se a aprendizagem da língua com os encantados, que são concebidos como falantes, considerando a ideia de “pedagogia da mata” (DURAZZO, 2019), que envolve a relação indígena com o ambiente habitado; e pensando, ainda, a potencialidade dos sonhos para os processos de conhecimento. De acordo com a autora, a ideia de fortalecimento é a categoria nativa central para os Kiriri da Bahia e inclui o fortalecimento da língua como algo essencial para o processo de retomada, que é entendido para muito além da busca por um território em que morar. “[A retomada] envolve um amplo processo de retomar a possibilidade de existir no mundo a partir do seu próprio modo de ser, com suas especificidades, dentre elas a linguística”, afirma a autora.

Sobre o povo Kiriri, desta vez com foco nas famílias situadas no estado de Minas Gerais, temos o artigo de Fernanda Borges Henrique e de Roseni Ramos, intitulado “Os Kiriri do Acré e o resgate da língua indígena”. Nesse artigo, vemos como a ideia de *resgatar a língua indígena* – sobretudo no caso Kiriri de Minas Gerais, cujo histórico de deslocamento desde o oeste da Bahia é consideravelmente recente – se transforma em um dos pontos de apoio da mobilização política do povo que a fala. Tal resgate se configura, portanto, como parte de um projeto desenvolvido em distintos âmbitos, articulando à luta pelo território uma série de procedimentos rituais e de

⁶ Remetemos à nota de rodapé



conhecimentos, os quais se constituem, em igual medida, a partir da “ciência” e do desejo de se estabelecer uma escola cujos estudantes, diferentemente do que ocorre em contextos não indígenas, não se encarem como vítimas de preconceito e de estigmatização.

No contexto discutido pelas autoras, existe um processo contínuo de negociação e de aproximação respeitosa com os encantados, por exemplo, que se afiguram como “verdadeiros donos da terra” e que permitem, assim, que os Kiriri estabeleçam seus projetos coletivos de vida em um novo espaço, espaço esse em que a comunicação, que é política e, ao mesmo tempo, cosmológica, define balizas para a ação indígena. Por outro lado, complementarmente, é demonstrado como a articulação dos indígenas com outros seres humanos, com instituições do Estado e com a sociedade civil se torna um movimento fundamental para o estabelecimento de uma escola em seu território, agregando, em uma única instituição, esforços colaborativos captados tanto em instâncias municipais quanto em instâncias estaduais e federais.

O texto que encerra a seção de artigos do dossiê, de João Roberto Bort Jr., traz à discussão uma série de modalidades transformacionais até então pouco observadas. Designado “Transformações Xucuru-Kariri: o *ruãynyn'rëuẽ* e outras formas gráfico-verbais no Alto Rio Pardo (Minas Gerais, Brasil)”, apresenta-nos um jogo de multiplicações, de diferenciações e de transformações linguísticas no contexto xucuru-kariri mineiro, que, diferentemente do que foi estudado a respeito de outros povos, enfoca distintos sistemas semióticos para compreender como esse grupo tem elaborado sua própria realidade linguística. Ao contrário de quaisquer outras experiências linguísticas, ainda que se considere a presença de vocábulos Yaathe (dos Fulni-ô) e de vocábulos derivados de línguas da família Kariri



entre os Xucuru-Kariri, o *ruãynyn'rëuê*, que serve de base para a reflexão do autor, sugere uma dinâmica própria desses indígenas na construção de sua língua – se é que, com essa afirmação, descrevemos, de fato, a dinâmica retratada no artigo.

Nesse processo, revela-se não apenas um processo de transformação do sistema alfabético, com a definição de correspondências fonéticas para o *ruãynyn'rëuê* a partir de um entendimento do português, mas há, também, certa coextensão entre grafismos e certa produção de entes ontologicamente significativos. O fulcro de sua análise é o processo que torna caracteres alfabéticos peixes representativos da indianidade xucuru-kariri. Dessa forma, o dossiê se encerra com uma reflexão que, novamente, fazem convergir uma multiplicidade de possibilidades analíticas e de possibilidades teóricas com o estudo dos fenômenos linguísticos indígenas na região estudada.

Contudo, o esforço de reunião empreendido por este dossiê é finalizado, em verdade, com uma seção de entrevistas concedidas aos organizadores por oito pensadores, professores e lideranças indígenas dos estados da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Por intermédio dessas entrevistas, passamos a conhecer diferentes contextos indígenas e, também, distintas modalidades de projetos de valorização, de fortalecimento e/ou de revitalização caráter linguístico, os quais, como é visto ao longo dos artigos, articulam educação escolar, experiência ritual e ações coletivas com o fito de preservar, continuamente, os conhecimentos indígenas.

A motivação de preservar os conhecimentos indígenas nos incentivou a propor e a organizar este dossiê, que, por fim, inaugurou uma linhagem de dossiês que têm objetivos semelhantes – radiografar, com seriedade, na forma de artigos, temas em voga nas áreas do conhecimento interessadas

pela linguagem –, mas cujos propósitos e cuja premência histórica, política, social e científica são bastante diferentes.

Sendo assim, despedimo-nos com o desejo de que todos os interessados tenham uma excelente leitura e agradecemos, enormemente, a todos os autores e, talvez, com ainda mais razão, a todos os interlocutores indígenas que têm nos brindado com a possibilidade de acompanhar – e, por vezes, de colaborar – processos sociais e políticos tão significativos quanto os que muitos povos têm chamado de levante linguístico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. S. O princípio da relatividade linguística e suas consequências para a ontologia da linguagem: tradução e análise da obra de Benjamin Lee Whorf. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ARRUTI, J. M. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: João Pacheco de Oliveira Filho. (org.). Antropologia Histórica dos índios do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.

BAHIA, C. N. Positivismo jurídico e nazismo: a superação do mito. **Revista Filosofia do Direito e Intersubjetividade**, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2014. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-filosofia-do-direito-e-intersubjetividade/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/138/3.04%20-%20POSITIVISMO%20E%20NAZISMO.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BOMFIM, A. B. **Patxohã, “língua de guerreiro”**: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.



_____; COSTA, F. V. F. da (org.). Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2014.

BRASIL. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. **Lei n. 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996 [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1988 [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007 [1996].

CHRISTINO, B. P.; COSTA, J. P. P. ‘Só isso que é meu ideia’: fórmulas de fechamento como uma particularidade discursivo-interacional do Português Kaxinawá. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 12, n. 1, p. 81-99, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/30039>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DURANTI, A. *Linguistic Anthropology*. London, Cambridge University Press, 1997.

DURAZZO, L. Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28628>. Acesso em: 17 ago. 2021.

_____. Parentesco entre espécies no Nordeste indígena: árvores cosmogonealógicas e metáforas vegetais. **Revista AntHropológicas**, [S. l.], jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/245144>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FAUSTO, C. Chefe Jaguar, Chefe Árvore: afinidade, ancestralidade e memória no Alto Xingu. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/Ctx9DnbMZ9XMXXWkPhpbQxL/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MORAES, V. Reflexões acerca das línguas indígenas do Nordeste e sua invisibilização. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32, Rio de Janeiro, 2020. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

NIKULIN, A. **Proto-Macro-Jê**: um estudo reconstrutivo. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.

PARAISO, M. H. B. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, DF, v.3, n. 1-2, p. 41-105, jul./dez. 2006.



POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

QUEIROZ, J. M. C. de. Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Karirí. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,

2012.

RIBEIRO, E. R. O marcador de posse alienável em Kariri: um morfema Macro-Jê revisitado. *Liames*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 29-46, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/1403>. Acesso em: 07 ago. 2021.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 9., n. 1, p. 83-103, 1993.

_____. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35-38, abr./jun. 2005. Disponível em: cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200018. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. Kariri como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p.47-52, 2019.

ROSA, R. P. da S.; SOUZA, T. C. C. de. Política linguística, plurilinguismo e consenso. **Revista Interfaces**, v. 10, n. 2, p. 112-122, 2019. Disponível em: DOI 10.5935/2179-0027.20190026. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. **Plurilinguismo e política linguística em território fluminense: proposta de uma cartografia discursiva**. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio

de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ppglinguistica.letras.ufrj.br/index.php/pt/teses-e-dissertacoes-n/dissertacoes-mestrado/dis-2020>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD K. A.; KROSKRITY, P. V. **Language Ideologies**. Practice and Theory. New York, Oxford University Press, 1998.

SILVA, J. C. **Arqueologia no médio São Francisco**. 2003. Indígenas, vaqueiros e

missionários. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, V. de A. Etnologia indígena: revitalização da identidade cultural e linguística do povo Tupinikim do Espírito Santo. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2016.

SOUZA, A. L. O. P. **Ecologia sonora indígena**: uma cartografia das paisagens sonoras dos Tuxá de Rodelas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.

SOUZA, T. C. C. de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 36-55, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/7710>. Acesso em: 31 ago. 2021.

_____. AGUIAR, M. S. Ensaio 12: Análise do Discurso e linguística indígena. In: NASCIMENTO, L.; SOUZA, T. C. C. de. (org.). **Gramática(s) e Discurso(s)**: ensaios críticos. Campinas: Mercado de Letras, 2019, v. 1, p. 337-363.

_____. Política linguística, política de línguas indígenas e identidade discursiva. Conferência de abertura no GT de Línguas Indígenas. **XXXV ENANPOLL**: Londrina, 2020.



_____. **Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas.** No prelo.

_____. **Comunicação pessoal.** 2021.

WHORF, B. L. **Language, Thought, and Reality.** Cambridge, MA: MIT, 1956.

